

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

#### LEI N.º 2.534/2015

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ANTÔNIO ORTINÃ, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:  
Disposições preliminares

Art. 1º—Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e do art. 4º, da Lei Complementar nº. 101—Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, as diretrizes orçamentárias, relativo ao exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- as orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- as disposições sobre a política de pessoal, encargos sociais e serviços extraordinários;
- as disposições sobre a receita e alterações na Legislação Tributária do Município;
- equilíbrio entre receitas e despesas;
- critérios e formas de limitação de empenho;
- condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- autorização para o município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- definição de critérios para início de novos projetos;
- definição das despesas consideradas irrelevantes;
- incentivo a participação popular;
- as disposições gerais.

Parágrafo único—Integram esta lei os seguintes anexos:

- Demonstrativo de receitas previstas;
- II—Anexo de Metas Fiscais, composto de:
  - demonstrativo de metas anuais;
  - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
  - demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
  - evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;
  - origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
  - receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS;
  - projeção atuarial do RPPS;
  - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- metas fiscais – resultado nominal;
- metas fiscais – resultado primário;
- III—Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; e
- IV—Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único da Lei Complementar nº. 101/2000—LRF.

#### SEÇÃO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º—Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal estão definidas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017, o qual foi aprovado pela Câmara Municipal no dia 24/12/2013, as quais fazem parte do Anexo I desta Lei.

§ 1º—Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º—O projeto de lei orçamentária para 2016 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 3º—As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2016, definidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017, tem precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite a programação das despesas.

§ 4º—Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 ao Poder Legislativo.

§ 5º—Ficam ajustados os valores dos projetos e atividades do Plano Plurianual 2014–2017, de acordo com o Anexo I integrante desta Lei, em conformidade com as metas fiscais da estimativa da receita para o exercício de 2016 (Anexo II – Metas Fiscais; a) Receitas por fontes).

#### SEÇÃO II

Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

##### Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º—Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

§ 1º—O Orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura, instituída pela Lei nº. 2.352/2013 e suas eventuais alterações.

§ 2º—As programações dos Fundos serão abertas como atividades ou unidades orçamentárias no órgão que estiverem subordinadas.

§ 3º—Será permitida a elaboração do orçamento, em nível de modalidade de aplicação no

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

caso de tal procedimento ser legalmente permitido, no momento da remessa da proposta orçamentária.

§ 4º—O projeto de lei orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I – texto da lei;

II—da receita, que obedecerá ao disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

III—da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

IV—do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

V—outros anexos previstos em Lei, relativos à consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 4º—Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I – O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal/88.

II – O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do art. 7º, da Emenda Constitucional nº. 29/2000 e no inciso III, do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88.

Art. 5º—Os recursos ordinários do Tesouro Municipal, somente serão programados para a realização de despesas de capital depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 6º—São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I -que não sejam compatíveis com esta Lei;

II -que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 7º—Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 8º—A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei (elaborado e publicado na Lei do Plano Plurianual), não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 9º—As emendas apresentadas pelo Legislativo, que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei, relativos a Créditos Adicionais, a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 10 – O Poder Executivo colocará a disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 11 – Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 12 – A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º—A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças, até 30 de junho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de junho de 2015 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2016, e detalhamento especificando:

I—número e data do ajuizamento da ação originária;

II—número do precatório;

III—tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

IV—enquadramento (alimentar ou não-alimentar);

V—data da autuação do precatório;

VI—nome do beneficiário;

VII—valor do precatório a ser pago;

VIII—data do trânsito em julgado; e

IX—vara ou comarca de origem.

§ 2º—A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º. do art. 100, da Constituição Federal/88 e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2016, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

§ 3º—Acompanhará o Projeto de Lei Orçamentária, a relação em ordem cronológica, das sentenças judiciais a serem pagas no decorrer do exercício de 2016.

Art. 13 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2016 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 30 de junho de 2015.

§ 1º—O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas no § 5º, do art. 153, e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal/88, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

§ 2º—Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, sob crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, conforme disposto no inciso II, do § 2º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.

§ 3º—A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no § 1º, do art. 29-A, da Constituição Federal/88.

Art. 14 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2016 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 31 de agosto de 2015, conforme o III Inciso do § 2º do Art. 35 da Constituição Federal.

Parágrafo único – A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 15–Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2016 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2015 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida ao Legislativo Municipal.

Parágrafo Único–Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

### Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 16–A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º O Município, por meio de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 17–Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I–realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente.

### Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 18–O orçamento para o exercício de 2016 destinará recursos para a reserva de contingência de até meio por cento do total da receita corrente líquida nos termos do art. 5º, III da LRF.

§ 1º – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme o disposto na Portaria MPO 42/99, art. 5º e Portaria STN 163/01, art. 8º.

§ 2º – Caso não seja necessária à utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados a programas de assistência social, saúde e educação, pessoal e encargos e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

### SEÇÃO III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

#### Subseção I

Das Disposições Sobre a Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 19–Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I–as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal, incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% da RCL (art. 71 da LRF).

II–as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25, desde que obedecidos os limites prudenciais de 5,70% da RCL (art. 71 da LRF).

III -o orçamento do Legislativo Municipal, deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25 ((art. 2º, § 1º) A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores).

Art. 20–Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

§ 1º–Os poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos, a folha de pagamento do mês de maio de 2015 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000–LRF, observando o contido no art. 37, II da Constituição Federal.

§ 2º–A criação de cargos, empregos e funções somente poderão ocorrer depois de atendido ao disposto no art. 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000–LRF.

§ 1º–Fica o Executivo e o Legislativo Municipal, por ato próprio, autorizados a conceder o dissídio coletivo no exercício de 2016, sendo que o índice a ser utilizado como base será o INPC acumulado dos 12 (doze) meses do exercício anterior.

§ 2º–Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2016.

Art. 21–Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo único – Se a despesa total com Pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da LC nº. 101/2000 serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art.

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

169 da Constituição Federal.

Art. 22—O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único—Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente.

Art. 23 – Na Lei Orçamentária Anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº. 14/96.

Art. 24—As despesas com pessoal do Poder Executivo executadas nos últimos três anos, o provável do exercício corrente e o previsto para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente líquida, nos termos do art. 38 ADCT e o disposto na LC 101/00, deverão constar no PPA – Plano Plurianual, período compreendido entre 2014 a 2017.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 25—No exercício financeiro de 2016, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único – A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência dos Ordenadores de Despesa e, no âmbito do Poder Legislativo, é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

SEÇÃO IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 26 – A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes na LC 101/00, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I—fornecida pelos órgãos competentes, quanto às transferências legais da União e do Estado;

II—projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas e serão acompanhados do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da proposta orçamentária.

Art. 27 – O Projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo único – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renúncia de receita. (art. 14, § 2º, LRF)

Art. 28 – O Executivo Municipal, no decorrer do exercício seguinte, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial quanto:

Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários;

à concessão e ou redução de isenções fiscais;

à revisão de alíquota dos tributos de competência; e

ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa municipal.

SEÇÃO V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 29 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 30—Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, e identificadas no Anexo I (apresentado no PPA), a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Parágrafo único: O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 31 – As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

– para elevação das receitas:

a)atualização e/ou informatização do cadastro imobiliário;

b)chamamento geral dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa.

– para redução das despesas:

implantação rigorosa de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Art. 32—Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:  
I -novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;  
II -investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;  
III–despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV -outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 33–Os projetos de lei que impliquem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2016 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período 2016-2016, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único – Não será aprovado projeto de lei que implique aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

### SEÇÃO VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 34 – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2016, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

Art. 35–Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 36–Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I -a obrigações constitucionais e legais do Município;

II -ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III–despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV–despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

### SEÇÃO VII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 37–É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo único–Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar todos os documentos constantes na Resolução nº 28/2011 e da Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas.

Art. 38–É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

II – voltadas para o ensino especial e de atendimento direto e gratuito ao público, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – entidades com personalidade jurídica para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer e o esporte.

Parágrafo único–Para habilitar-se ao recebimento de auxílios, a entidade privada deverá apresentar todos os documentos constantes na Resolução nº 28/2011 e da Instrução Normativa nº 61/2011, ambas do Tribunal de Contas.

Art. 39 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral, objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º – Serão consideradas como carentes, pessoas, cuja renda “per capita”, não ultrapasse na média a ½ (meio) salário mínimo nacional por indivíduo que compõe a família.

§ 2º–Independente de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública, assim declarada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 40 – São excluídas das limitações de que tratam os artigos 37 e 38 desta lei, os estímulos concedidos pelo Município para a implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão dependerá dos critérios definidos por Lei própria.

### SEÇÃO VIII

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 41 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concorrente a segurança pública, assistência judiciária, trânsito

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

### SEÇÃO IX

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 42 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único—No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

### SEÇÃO X

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 43—Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei (elaborados na Lei do PPA), a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º—A receita total do município será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I—garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere à educação infantil, ao ensino fundamental, à educação de jovens e adultos e à saúde;

II—garantia de recursos para oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal/88;

III—custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;

IV—pagamento de juros, amortização e encargos da dívida;

V—pagamento de sentenças judiciais;

VI—contrapartida de convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais, e das operações de crédito;

VII—reserva de contingência no valor até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender os passivos contingentes, conforme previsto no inciso III, do art. 5º da LC nº 101/2000—LRF.

§ 2º Somente depois de atendidas as prioridades supra arroladas, poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

§ 3º—As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para sua continuidade e/ou conclusão.

§ 4º—O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total (art. 45 da LRF).

§ 5º – Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de Março de 2015, ultrapassar 10% (dez por cento) do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 44—A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 45—A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município terá preferência sobre novos projetos.

### SEÇÃO XI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 46 – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

### SEÇÃO XII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 47—O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 48—Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2016, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Art. 49—No decorrer do exercício o Executivo fará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 50—O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo aos preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre.

### SEÇÃO XIII

Das Disposições Gerais

Art. 51—A lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2016, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 52 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado em nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 53—Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado, nos termos do inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 a incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2016, autorização para:

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

I – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada para cada poder, nos termos da legislação vigente;

II – abrir créditos adicionais suplementares até o limite do excesso de arrecadação, desde que acompanhados do cálculo do provável excesso e o mesmo acusar tal tendência;

a) – a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será apurada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, § único e 50, I da LRF.

III–A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, de um Órgão/Unidade Orçamentária para outro, de um Programa de Governo para outro, de uma Categoria Econômica para outra, poderá ser feito por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Resolução do Presidente do Legislativo no âmbito do Poder Legislativo até o limite do inciso I deste artigo, para cada Poder ou Entidade da Administração Indireta (art. 167, VI da Constituição Federal).”

a)–Transposição–entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos;

b)–Remanejamento–entende-se por remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa;

c)- Transferência–entende-se por transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos;

IV–Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes na Lei Orçamentária para 2016 até o limite de um por cento do total da despesa fixada para cada poder.

Art. 54 – Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integram esta lei os seguintes Anexos:

§ 1º–Anexo II–Metas Fiscais,

§ 2º–Anexo III–Riscos Fiscais a que se refere o art. 4º, § 3º da LRF;

§ 3º–Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000–LRF.

Art. 55–A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 56 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;

II – no caso despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva ser verificado no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 57–Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, 24 de junho de 2015.

RICARDO ANTÔNIO ORTIÑA

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS  
META FISCAL – RESULTADO NOMINAL  
2016

Art. 4º, § 2º, Inciso II da LRF R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	B	C	D	E	F	G	H
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.558.627,78	3.403.811,62	3.937.586,04	4.147.065,62	4.362.298,33	4.586.520,46	4.814.929,18
DEDUÇÕES (II)	1.348.130,42	1.900.320,39	1.508.700,00	1.588.962,84	1.671.430,01	1.757.341,51	1.844.857,12
Disponibilidade de Caixa bruta	1.714.770,68	1.900.320,39	1.508.700,00	1.588.962,84	1.671.430,01	1.757.341,51	1.844.857,12
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	366.640,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	2.210.497,36	1.503.491,23	2.428.886,04	2.558.102,78	2.690.868,32	2.829.178,95	2.970.072,06
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.350.589,95	1.091.626,57	1.506.796,63	1.586.958,21	1.669.321,34	1.755.124,45	1.842.529,64
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV-V)	859.907,41	411.864,66	922.089,41	971.144,57	1.021.546,98	1.074.054,50	1.127.542,42
RESULTADO NOMINAL	B	C-B	D-C	E-D	F-E	G-F	H-G
VALOR APURADO	859.907,41	-448.042,75	510.224,75	49.055,16	50.402,41	52.507,52	53.487,92

FONTE: Para os exercícios de 2012 a 2015 foram consultadas as Leis de Diretrizes Orçamentárias dos anos anteriores. Para os exercícios de 2016 a 2018 foi utilizado o

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná – DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882

Método de Ajustamento da Reta Pelos Mínimos Quadrados.  
Santo Antônio do Sudoeste, 14 de Abril de 2015.

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS – RESULTADO PRIMÁRIO  
2016

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	EXERCÍCIOS						
	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
RECEITAS CORRENTES (I)	26.913.054	33.275.261	40.016.000	44.346.080	46.632.009	49.217.919	50.576.028
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	30.599.995	34.764.264	44.963.265	49.808.632	52.112.891	54.980.518	56.113.264
Receitas Tributárias	1.799.113	2.161.123	2.853.399	3.663.797	3.756.215	4.009.801	4.209.489
Receitas de Contribuições	528.904	584.790	380.000	680.400	420.987	442.626	464.669
Receita Patrimonial	32.574	50.968	88.129	64.390	97.634	102.653	107.765
(-) Aplicações Financeiras (II)	28.103	45.998	82.069	86.435	90.921	95.594	100.355
Outras Receitas Patrimoniais	4.471	4.971	6.060	-22.045	6.714	7.059	7.410
Receita de Serviços	28.400	16.947	80.564	12.610	14.049	14.771	15.507
Transferências Correntes	27.289.394	30.831.689	40.914.745	44.703.646	47.107.853	49.657.705	51.130.659
Demais Receitas Correntes	921.611	1.118.746	646.428	683.789	716.153	752.963	790.461
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0	0	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-3.686.941	-1.489.004	-4.947.265	-5.462.552	-5.480.882	-5.762.600	-6.049.577
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	26.884.951	33.229.263	39.933.931	44.259.645	46.541.088	49.122.325	51.568.617
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.125.000	10.000	7.625.000	5.831.340	6.147.601	5.274.563	5.537.236
Operações de Crédito (V)	1.000.000	0	500.000	0	0	0	0
Alienação de Bens (VI)	125.000	10.000	1.170.000	50.000	50.000	0	0
Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	0	0	5.955.000	5.781.340	6.097.601	5.274.563	5.537.236
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV-V-VI-VII)	0	0	5.955.000	5.781.340	6.097.601	5.274.563	5.537.236
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	26.884.951	33.229.263	45.888.931	50.040.985	52.638.689	54.396.888	57.105.853
RECEITA TOTAL	28.038.054	33.285.261	47.641.000	50.177.420	52.779.610	54.492.482	57.206.207

DESPESAS PRIMÁRIAS	EXERCÍCIOS						
	2.012	2.013	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018
DESPESAS CORRENTES (X)	25.088.467	30.029.206	36.245.580	38.173.845	40.155.067	41.219.038	44.321.546
Pessoal e Encargos Sociais	13.649.338	15.782.231	19.263.165	20.216.471	21.265.706	21.858.763	23.472.229
Juros e Encargos da Dívida (XI)	176.408	214.605	210.000	221.172	232.651	244.609	256.791
Outras Despesas Correntes	11.262.721	14.032.370	16.772.415	17.736.202	18.656.711	19.115.666	20.592.526
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	24.912.059	29.814.601	36.035.580	37.952.673	39.922.417	41.974.429	43.064.755
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	0	5.399.101	10.907.420	11.487.695	12.083.906	12.705.019	13.337.729
Investimentos	0	5.099.357	10.615.920	11.180.687	11.760.965	12.365.478	12.981.279
Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	0	399.744	291.500	307.008	322.942	339.541	356.270
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	0	5.099.357	10.615.920	11.180.687	11.760.965	12.365.478	12.931.479
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	447.000	470.780	495.214	520.668	546.597
RESERVA DO RPPS (XVII)	0	0	0	0	0	0	0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (XII + XV + XVI)	24.912.059	34.913.958	47.098.500	49.604.140	52.178.595	53.860.575	56.542.831
DESPESA TOTAL	25.088.467	35.428.307	47.600.000	50.132.320	52.734.187	54.444.725	57.156.072



# Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição N° 0882

RESULTADO PRIMÁRIO (IX–XVII)	1.972.892	-1.684.695	-1.209.569	436.845	460.094	-463.687	563.022
FONTE: <u>Receitas Primárias</u> : Para os exercícios de 2012 a 2015 foi utilizado o Demonstrativo de Receitas Previstas. <u>Despesas Primárias</u> : Para os exercícios de 2012 a 2015 foram utilizados os Demonstrativos do Resultado Primário Previsto para cada exercício. <u>Receitas e Despesas Primárias</u> : Para os exercícios de 2016 a 2018 foram utilizados o Método de Ajustamento da Reta Pelos Mínimos Quadrados.							

Santo Antônio do Sudoeste, 14 de Abril de 2015.

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná – DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2016

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso

Especificação	Metas previstas em 2014 (a)	% PIB	Metas realizadas em 2014 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) * 100
Receita Total	47.641.000,00	0,015	41.121.441,00	0,013	(6.519.559,00)	(13,685)
Receitas Primárias (I)	45.888.931,00	0,015	40.288.766,00	0,013	(5.600.165,00)	(12,204)
Despesa Total	47.600.000,00	0,015	39.040.525,00	0,013	(8.559.475,00)	(17,982)
Despesas Primárias (II)	47.098.500,00	0,015	38.371.727,00	0,012	(8.726.773,00)	(18,529)
Resultado Primário (I-II)	(1.209.569,00)	0,000	1.917.039,00	0,001	3.126.608,00	(258,489)
Resultado Nominal	510.225,00	0,000	2.808.916,00	0,001	2.298.691,00	450,525
Dívida Pública Consolidada	3.937.586,00	0,001	4.415.038,00	0,001	477.452,00	12,126
Dívida Consolidada Líquida	2.428.886,00	0,001	3.731.226,00	0,001	1.302.340,00	53,619

Fonte

**Notas Explicativas**

2016 = valor corrente/1,0560  
2017 = valor corrente/1,1081  
2018 = valor corrente/1,1632

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
PIB real (crescimento % anual) =	1,54	2,20	2,37
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =	12,50	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) =	2,90	3,10	3,20
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =	5,60	4,93	4,98
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares =	268.906.000.000,00	274.822.000.000,00	281.336.000.000,00

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná–DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA  
2016

ART. 12 LRF

Página: 1 / 5

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA	PROJETADA			METODOLOGIA DE CÁLCULO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
11	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.213.207,26	2.699.406,33	3.690.000,00	3.022.000,00	3.171.000,00	3.329.000,00	Valores calculados com base na inflação média.
								VARIÁVEIS
								2016                      2017                      2018
								PIB real (crescimento % anual) =
								1,54                      2,20                      2,37
								Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =
								12,50                      11,60                      11,60
								Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) =
								2,90                      3,10                      3,20
								Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =
								5,60                      4,93
								4,98
								Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares =
								268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00
								2016 = valor corrente/1,0560
								2017 = valor corrente/1,1081
								2018 = valor corrente/1,1632
12	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	584.798,61	702.488,90	1.050.000,00	786.000,00	825.000,00	866.000,00	Valores calculados com base na inflação média.
								VARIÁVEIS
								2016                      2017                      2018
								PIB real (crescimento % anual) =
								1,54                      2,20                      2,37
								Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =
								12,50                      11,60                      11,60
								Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) =
								2,90                      3,10                      3,20
								Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =
								5,60                      4,93
								4,98
								Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares =
								268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00
								2016 = valor corrente/1,0560
								2017 = valor corrente/1,1081
								2018 = valor corrente/1,1632
13	RECEITA PATRIMONIAL	150.639,81	310.058,64	91.000,00	347.000,00	364.000,00	382.000,00	Valores calculados com base na inflação média.
								VARIÁVEIS
								2016                      2017                      2018
								PIB real (crescimento % anual) =
								1,54                      2,20                      2,37
								Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =
								12,50                      11,60                      11,60

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA  
2016

ART. 12 LRF

Página: 2 / 5

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA	PROJETADA			METODOLOGIA DE CÁLCULO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
								Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90                      3,10                      3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =                      5,60                      4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00 2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632
16	RECEITA DE SERVIÇOS	16.946,98	0,00	20.000,00	21.000,00	22.000,00	23.000,00	Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016                      2017                      2018 PIB real (crescimento % anual) = 1,54                      2,20                      2,37 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =                      12,50                      11,60                      11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90                      3,10                      3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =                      5,60                      4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00 2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.737.886,67	31.884.005,73	40.619.100,00	35.690.000,00	37.500.000,00	39.315.000,00	Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016                      2017                      2018 PIB real (crescimento % anual) = 1,54                      2,20                      2,37 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =                      12,50                      11,60                      11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90                      3,10                      3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =                      5,60                      4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA  
2016

ART. 12 LRF

Página: 3 / 5

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA	PROJETADA			METODOLOGIA DE CÁLCULO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.826.688,21	504.986,51	1.021.900,00	1.080.000,00	1.130.000,00	1.120.000,00	2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632  Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016                      2017                      2018 PIB real (crescimento % anual) = 1,54                      2,20                      2,37 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =                      12,50                      11,60                      11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90                      3,10                      3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =                      5,60                      4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00  2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.468,39	544.929,02	1.755.000,00	610.000,00	640.000,00	672.000,00	Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016                      2017                      2018 PIB real (crescimento % anual) = 1,54                      2,20                      2,37 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =                      12,50                      11,60                      11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90                      3,10                      3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =                      5,60                      4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00                      274.822.000.000,00                      281.336.000.000,00  2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632
22	ALIENAÇÃO DE BENS	10.854,78	11.500,00	1.150.000,00	13.000,00	12.000,00	12.000,00	Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016                      2017                      2018 PIB real (crescimento % anual) =

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA  
2016

ART. 12 LRF

Página: 4 / 5

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA		PROJETADA		METODOLOGIA DE CÁLCULO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
								1,54 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) = 12,50 11,60 11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90 3,10 3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação = 5,60 4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00 274.822.000.000,00 281.336.000.000,00 2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.032.044,65	4.473.988,17	5.403.000,00	5.000.000,00	5.255.000,00	5.516.000,00	Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016 2017 2018 PIB real (crescimento % anual) = 1,54 2,20 2,37 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) = 12,50 11,60 11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90 3,10 3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação = 5,60 4,93 4,98 Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00 274.822.000.000,00 281.336.000.000,00 2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632
97	DEDUÇÃO RECEITA FORMAÇÃO DO	4.099.338,26	4.492.809,50	5.708.000,00	5.029.000,00	5.277.000,00	5.540.000,00	Valores calculados com base na inflação média.  VARIÁVEIS 2016 2017 2018 PIB real (crescimento % anual) = 1,54 2,20 2,37 Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) = 12,50 11,60 11,60 Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) = 2,90 3,10 3,20 Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação = 5,60 4,93 4,98



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA  
2016

ART. 12 LRF

Página: 5 / 5

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA		PROJETADA		METODOLOGIA DE CÁLCULO
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	
								Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares = 268.906.000.000,00 274.822.000.000,00 281.336.000.000,00 2016 = valor corrente/1,0560 2017 = valor corrente/1,1081 2018 = valor corrente/1,1632

Fonte  
Método de Ajustamento da Reta Pelos Mínimos Quadrados.

Notas Explicativas

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná – DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2016

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

Página: 1 / 1

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	41.007.042,86	47,7	35.788.293,45	47,6	24.179.164,63	44,6
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	44.983.662,71	52,3	39.428.400,60	52,4	30.024.426,74	55,4
<b>TOTAL</b>	<b>85.990.705,57</b>	<b>100,00</b>	<b>75.216.694,05</b>	<b>100,00</b>	<b>54.203.591,37</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2016

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Página: 1 / 1

EVENTOS	Valor Previsto 2016
Aumento permanente da receita	0,00
(-) Transferências constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo final do aumento permanente de receita (I)	0,00
Redução permanente de despesa (II)	800.000,00
Margem bruta (III) = (I+II)	800.000,00
Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI)	800.000,00
Novas DOCC (V)	800.000,00
Novas DOCC geradas por PPP's (VI)	0,00
Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV)	0,00

Fonte

Notas Explicativas

# Diário Oficial dos Municípios

## do Sudoeste do Paraná – DIOEMS

Segunda-feira, 29 de Junho de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0882



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS**  
**2016**

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB
Receita Total	52.779.610,00	49.980.591,00	0,020	54.492.482,00	49.176.502,00	0,020	57.206.207,00	49.180.027,00	0,020
Receitas Primárias (I)	52.638.689,00	49.847.243,00	0,020	54.396.888,00	49.090.233,00	0,020	57.105.853,00	49.093.752,00	0,020
Despesa Total	52.734.187,00	49.937.677,00	0,020	54.444.725,00	49.133.404,00	0,020	57.156.072,00	49.136.926,00	0,020
Despesas Primárias (II)	52.178.595,00	49.411.548,00	0,019	53.860.575,00	48.606.240,00	0,020	56.542.831,00	48.609.724,00	0,020
Resultado Primário (III) = (I - II)	460.094,00	435.695,00	0,001	536.313,00	483.993,00	0,000	563.022,00	484.028,00	0,000
Resultado Nominal	460.094,00	435.695,00	0,000	(463.687,00)	(418.453,00)	0,000	55.122,00	(418.483,00)	0,000
Dívida Pública Consolidada	4.362.298,00	4.130.964,00	0,002	4.586.520,00	4.139.085,00	0,002	4.814.929,00	4.139.382,00	0,002
Dívida Consolidada Líquida	2.690.868,00	2.548.171,00	0,001	2.829.179,00	2.553.180,00	0,001	2.970.072,00	2.553.363,00	0,001
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

Fonte

**Notas Explicativas**

2016 = valor corrente/1,0560  
2017 = valor corrente/1,1081  
2018 = valor corrente/1,1632

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
PIB real (crescimento % anual) =	1,54	2,20	2,37
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual) =	12,50	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano) =	2,90	3,10	3,20
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação =	5,60	4,93	4,98
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares =	268.906.000.000,00	274.822.000.000,00	281.336.000.000,00

Cod147890